



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A HONRA

CALÚNIA





DIREITO PENAL

DICA - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

LEI PENAL NO TEMPO (I)





DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A VIDA

HOMICÍDIO





DIREITO PENAL TEORIA DO CRIME

TIPICIDADE



**É A ADEQUAÇÃO DA CONDUTA DO AGENTE
A UMA PREVISÃO TÍPICA**

**ADEQUAÇÃO IMEDIATA - A CONDUTA DO AGENTE É
EXATAMENTE AQUELA PREVISTA NA NORMA PENAL**

**ADEQUAÇÃO MEDIATA - A CONDUTA DO AGENTE NÃO
É EXATAMENTE AQUELA PREVISTA NA NORMA PENAL**

DEVE HAVER UMA NORMA DE EXTENSÃO



**OCORRÊNCIA DE UMA OFENSA SIGNIFICATIVA
AO BEM JURÍDICO TUTELADO**

**NÃO HÁ
TIPICIDADE
MATERIAL**

**QUANDO A CONDUTA, AINDA QUE
FORMALMENTE TÍPICA, NÃO AFETA
SIGNIFICATIVAMENTE O BEM JURÍDICO**

EX - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

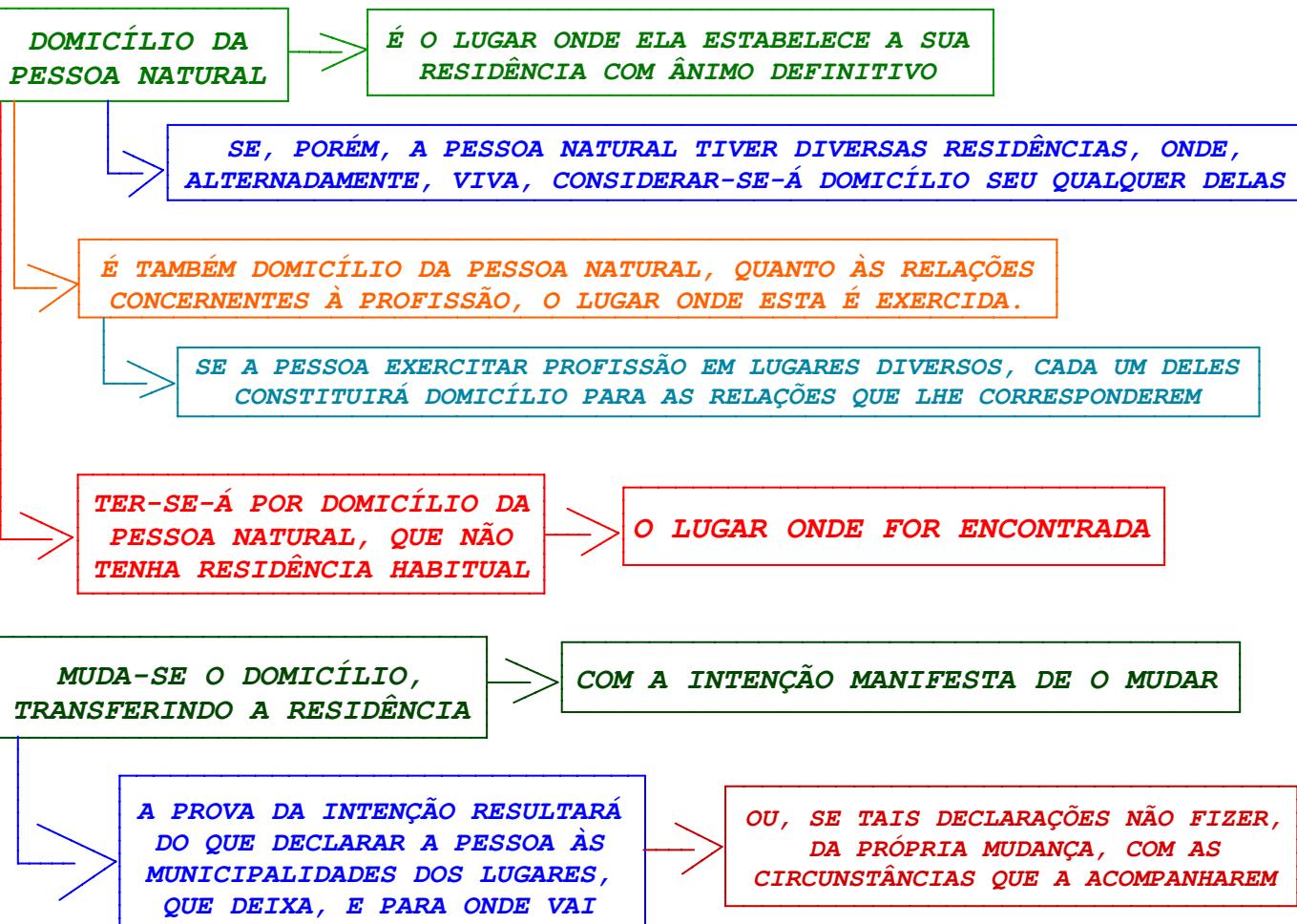
CONCUSSÃO X CORRUPÇÃO PASSIVA





DIREITO CIVIL PESSOAS JURÍDICAS

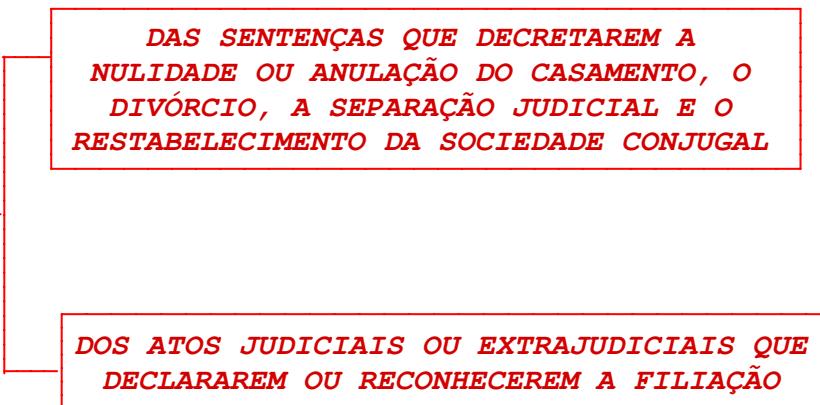
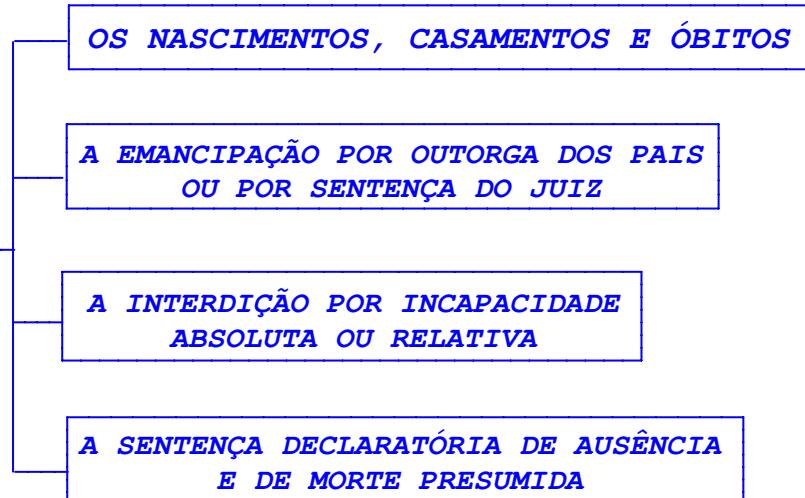
DOMICÍLIO





DIREITO CIVIL PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

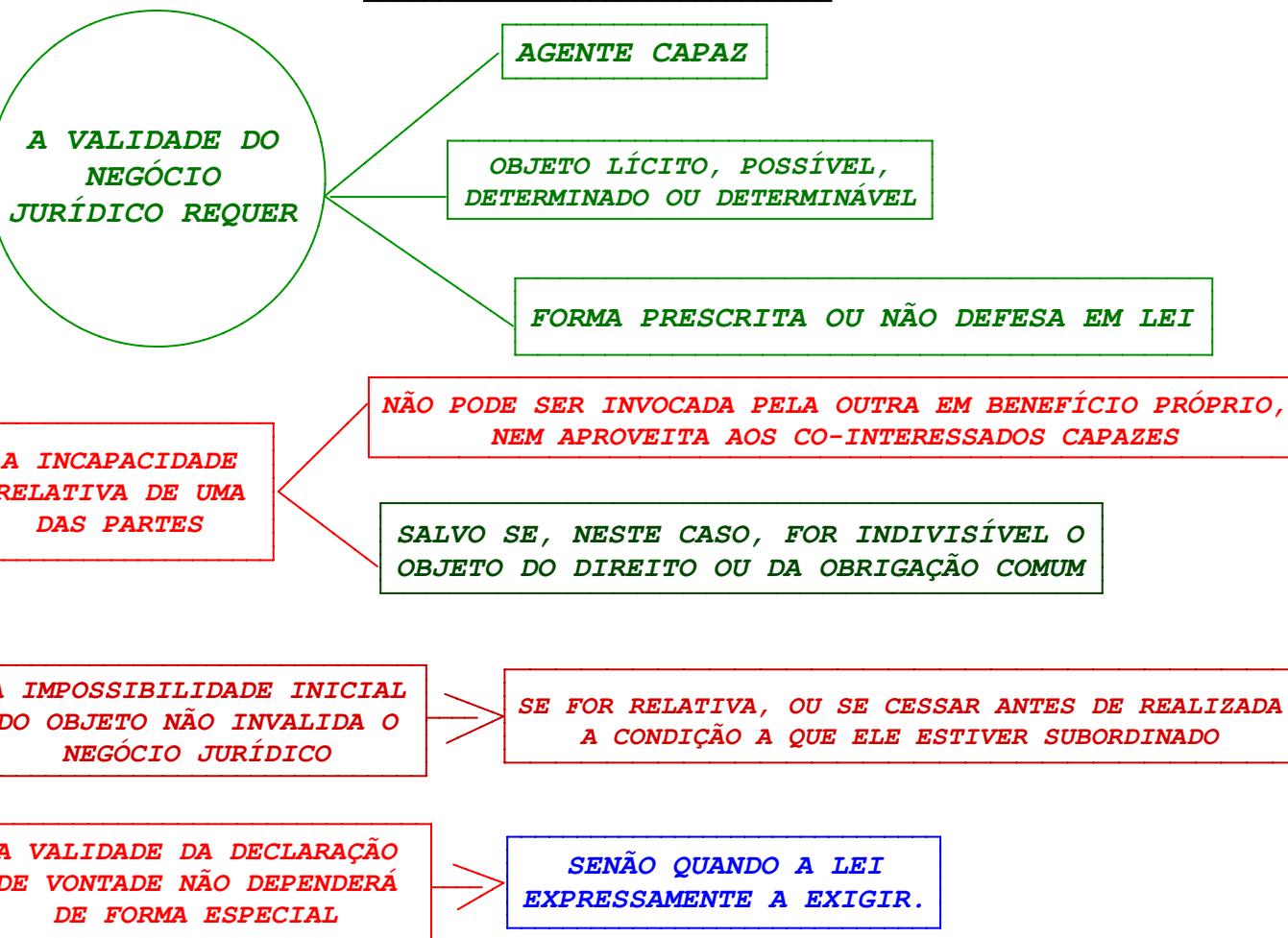




DIREITO CIVIL

NEGÓCIO JURÍDICO

DISPOSIÇÕES GERAIS





DIREITO CIVIL

ATOS JURÍDICOS

ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

👉 AOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS, QUE NÃO SEJAM NEGÓCIOS JURÍDICOS, APlicam-se, no que couber, as disposições do TÍTULO ANTERIOR.

ATOS ILÍCITOS

👉 AQUELE QUE, POR AÇÃO OU OMISSÃO VOLUNTÁRIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPRUDÊNCIA, VIOLAR DIREITO E CAUSAR DANO A OUTREM, AINDA QUE EXCLUSIVAMENTE MORAL, COMETE ATO ILÍCITO.

👉 TAMBÉM COMETE ATO ILÍCITO O TITULAR DE UM DIREITO QUE, AO EXERCÊ-LO, EXCDE MANIFESTAMENTE OS LIMITES IMPOSTOS PELO SEU FIM ECONÔMICO OU SOCIAL, PELA BOA-FÉ OU PELOS BONS COSTUMES.

OS PRATICADOS EM LEGÍTIMA DEFESA OU NO EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO RECONHECIDO;

NÃO CONSTITUEM ATOS ILÍCITOS

A DETERIORAÇÃO OU DESTRUIÇÃO DA COISA ALHEIA, OU A LESÃO A PESSOA, A FIM DE REMOVER PERIGO IMINENTE.



NESSE CASO, O ATO SERÁ LEGÍTIMO SOMENTE QUANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS O TORNAREM ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO, NÃO EXCEDENDO OS LIMITES DO INDISPENSÁVEL PARA A REMOÇÃO DO PERIGO.

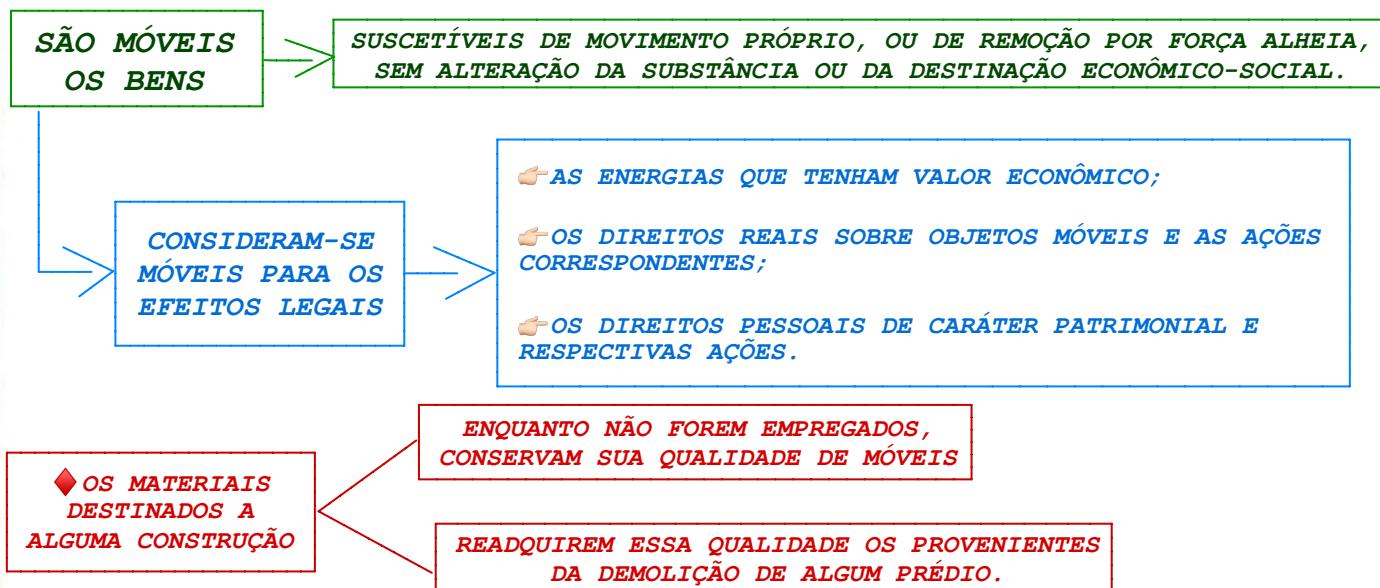


DIREITO CIVIL

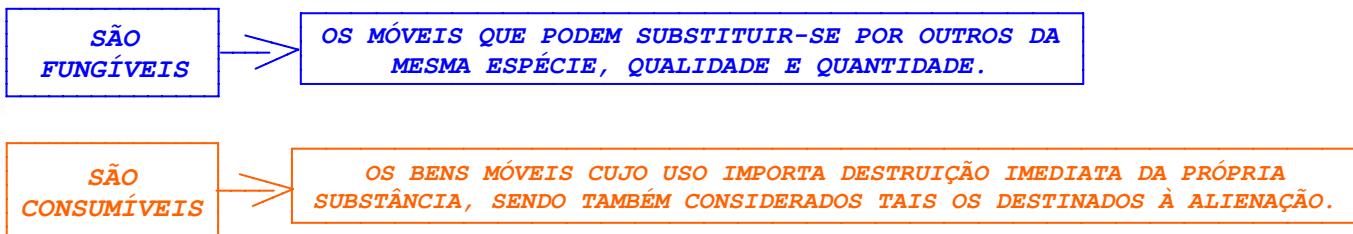
BENS

DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS MÓVEIS



BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS





LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

X

**NA MEDIDA
EM QUE**

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EXPRESSES IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

EXPRESSES IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: **"UMA VEZ QUE"**
"VISTO QUE", **"JÁ QUE"**, DENTRE OUTROS

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO



LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

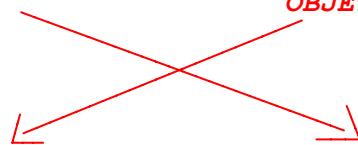
- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO

SUJEITO

OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR

SUJEITO PACIENTE

(SER + PARTICÍPIO)

AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)



LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE <i>(PERGUNTA)</i>	<p>👉 EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
POR QUÊ <i>(FIM DE FRASE)</i>	<p>👉 É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
PORQUE <i>(RESPOSTA)</i>	<p>👉 CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO...)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
PORQUÊ <i>(SUBSTANTIVO)</i>	<p>👉 EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>



LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO, IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS, OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU



LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
<p>PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:</p>	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA





DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

👉 SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITIVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES



CADERNO DO CONCURSEIRO

TJ-RJ



DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM



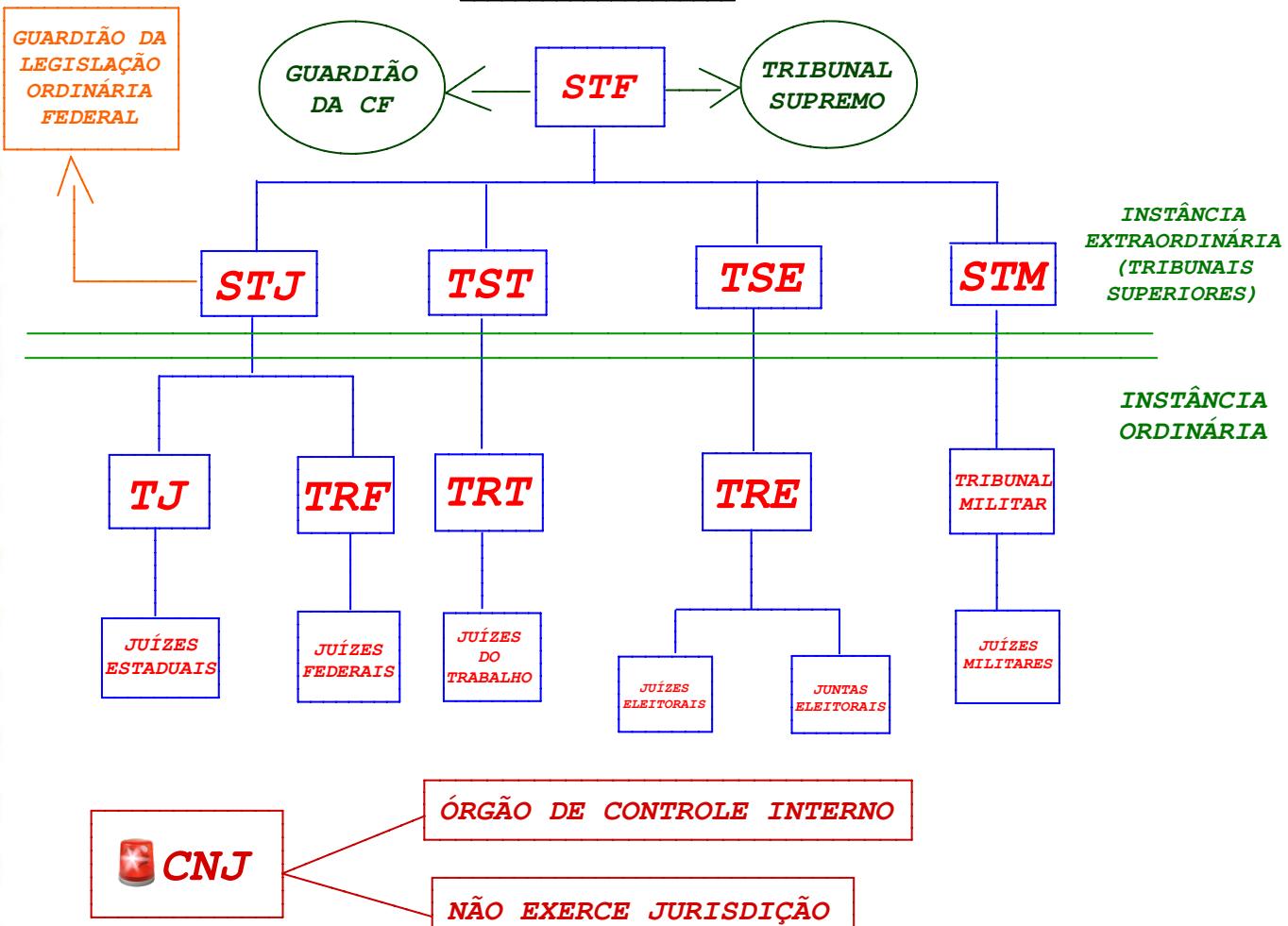
TJ-RJ



DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

ORGANOGRAMA





DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

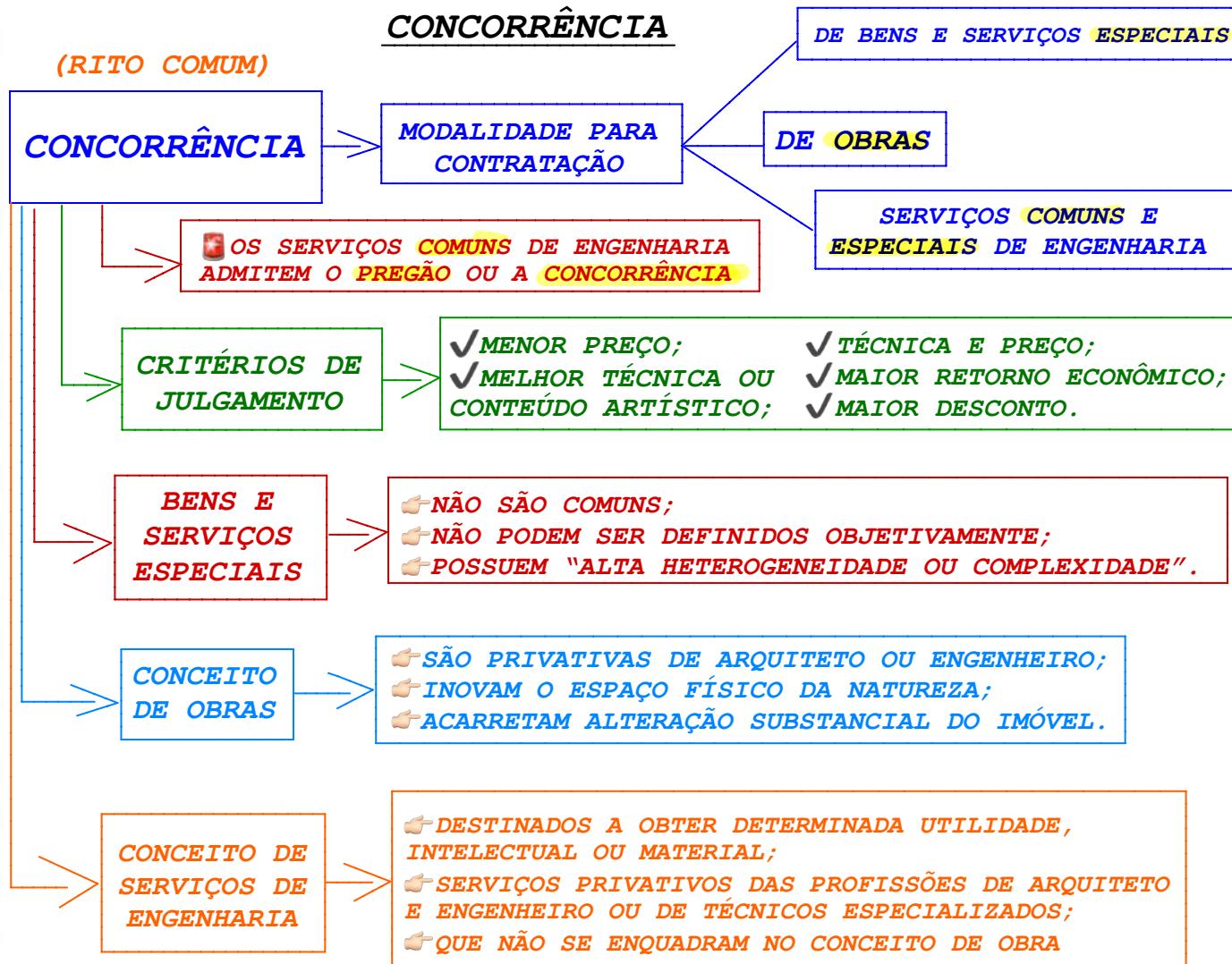
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)





DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

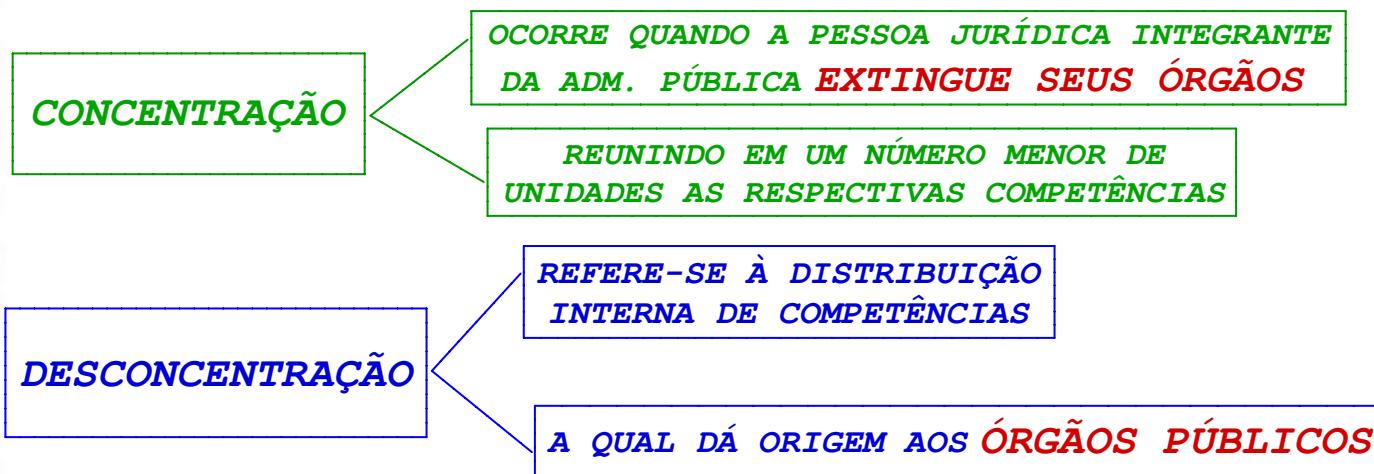




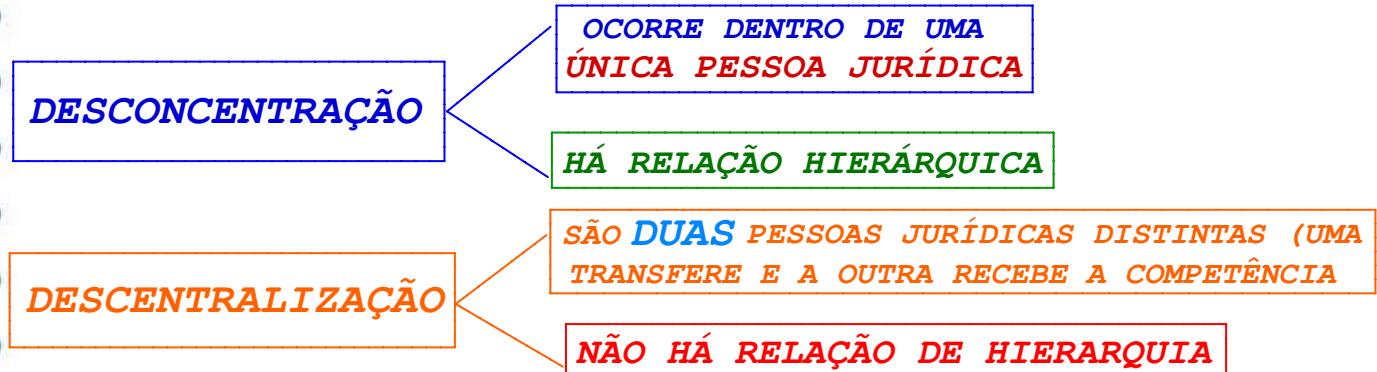
DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO



DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO





DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INEXISTENTE

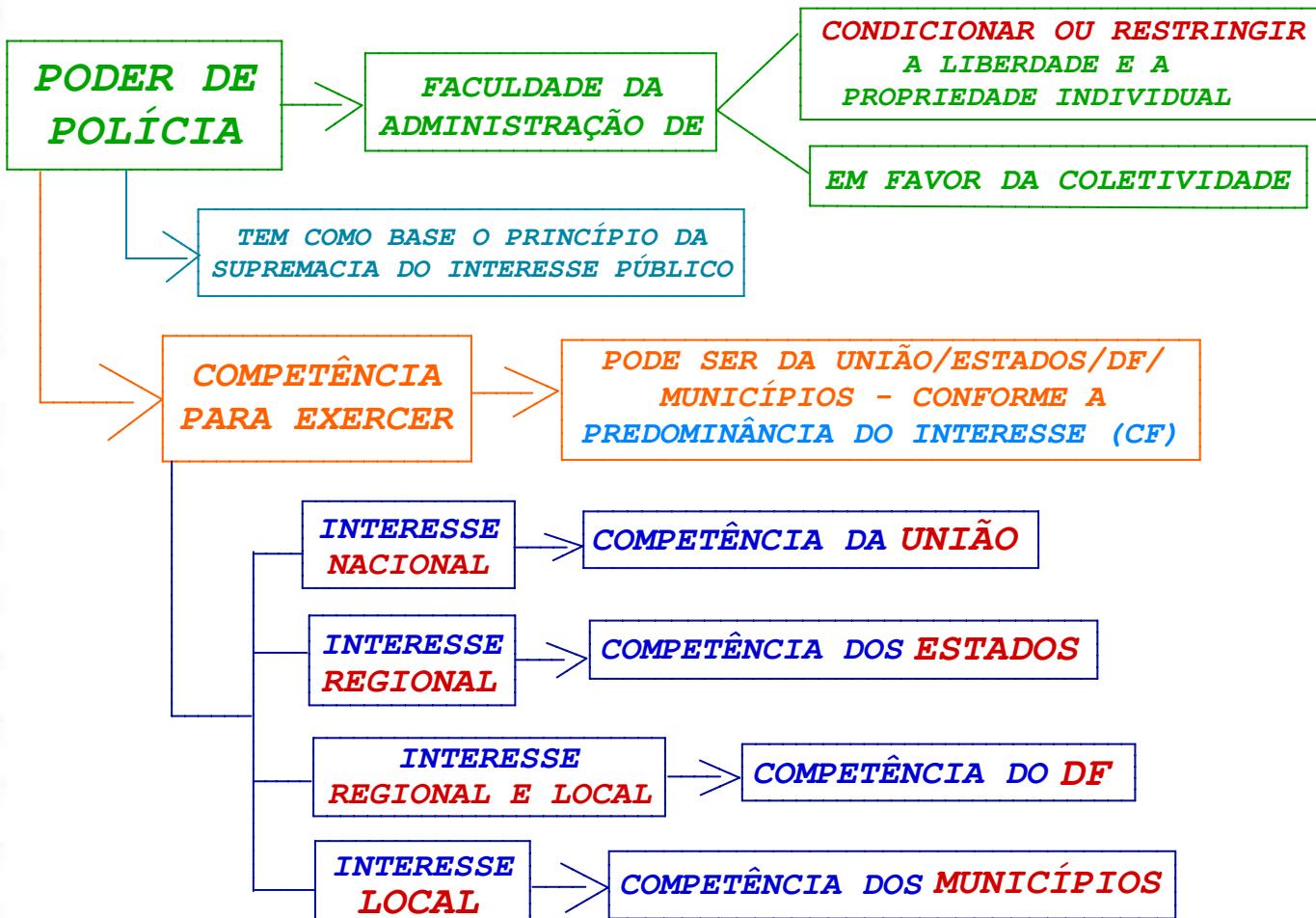




DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA





DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - AGENTES PÚBLICOS

CARGO X EMPREGO X FUNÇÃO

CARGO	EMPREGO	FUNÇÕES
<ul style="list-style-type: none">👉 OCUPADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS👉 SUBMETEM-SE AO REGIME ESTATUTÁRIO (SEU VÍNCULO DECORRE DE LEI)👉 SÃO CRIADOS POR LEI👉 DIVIDEM-SE EM CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO👉 EFETIVOS: DEPENDE DE CONCURSO👉 TEM DIREITO A ESTABILIDADE (OS DO CARGO EFETIVO - CUMPRIDO OS REQUISITOS)👉 EM COMISSÃO: LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">👉 OCUPADOS POR EMPREGADOS PÚBLICOS👉 SUBMETEM-SE AO REGIME DA CLT (NATUREZA CONTRATUAL)👉 SÃO CRIADOS POR LEI👉 INGRESSO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO👉 EM REGRA, ENCONTRAM-SE NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	<ul style="list-style-type: none">👉 NÃO PRECISAM DE CONCURSO PÚBLICO👉 DIVIDEM-SE EM 2 TIPOS: TEMPORÁRIA E DE CONFIANÇA👉 FUNÇÃO TEMPORÁRIA:<ul style="list-style-type: none">◆ EXERCIDA POR SERVIDORES TEMPORÁRIOS◆ CASO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO◆ NÃO OCUPAM CARGO OU EMPREGO◆ EX: MÉDICO CONTRATADO PARA AUXILIAR UM SURTO DE UMA DOENÇA👉 FUNÇÃO DE CONFIANÇA:<ul style="list-style-type: none">◆ EXCLUSIVO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO◆ ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO◆ EX: ASSESSOR DE JUIZ



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

ESPÉCIES DE FLAGRANTE



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

- E SCRITO** → TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**
- I NDISPONÍVEL** → AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO**
- I NQUISITIVO** → **NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA**
- D ISPENSÁVEL** → A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL PODE SER REALIZADA SEM ELE
- D ISCRICIONÁRIO** → CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES
- O FICIAL** → CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL
- S IGIOSO** → DEVE TRAMITAR EM SIGILO PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS
- O FICIOSO** → DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA

AÇÃO PENAL
PRIVADA
SUBSIDIÁRIA
DA PÚBLICA

OCORRE QUANDO O MP SE MANTÉM INERTE
E NÃO OFERECE A DENÚNCIA NO PRAZO

PRAZO

INDICIADO
PRESO

5 DIAS

INDICIADO
SOLTO

15 DIAS

CONTADO DO RECEBIMENTO
DOS AUTOS PELO MP

SE FOR DEVOLVIDO OS AUTOS DO IP,
CONTA-SE O PRAZO DESSA DATA DE
RECEBIMENTO PELO MP

NESSE CASO, O OFENDIDO PODE AJUIZAR A
AÇÃO PENAL PRIVADA:

PRAZO - 6 MESES

👉 CONTADOS A PARTIR DO FIM DO PRAZO PARA O MP OFERECER
A DENÚNCIA

OBSERVAÇÃO 1: NO MOMENTO EM QUE SE INICIA O PRAZO DA VÍTIMA,
HÁ LEGITIMIDADE **CONCORRENTE** ENTRE A VÍTIMA E O MP
PARA AJUIZAR A AÇÃO PENAL

OBSERVAÇÃO 2: AINDA QUE A VÍTIMA PERCA O SEU
PRAZO, O MP AINDA PODE ENTRAR COM A AÇÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

LAVRATURA DO APF (I)





DIREITO PROCESSUAL PENAL

CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

MODALIDADES ESPECIAIS DE CITAÇÃO PESSOAL



CITAÇÕES EM EMBAIXADAS E CONSULADOS (LEGAÇÕES ESTRANGEIRAS)

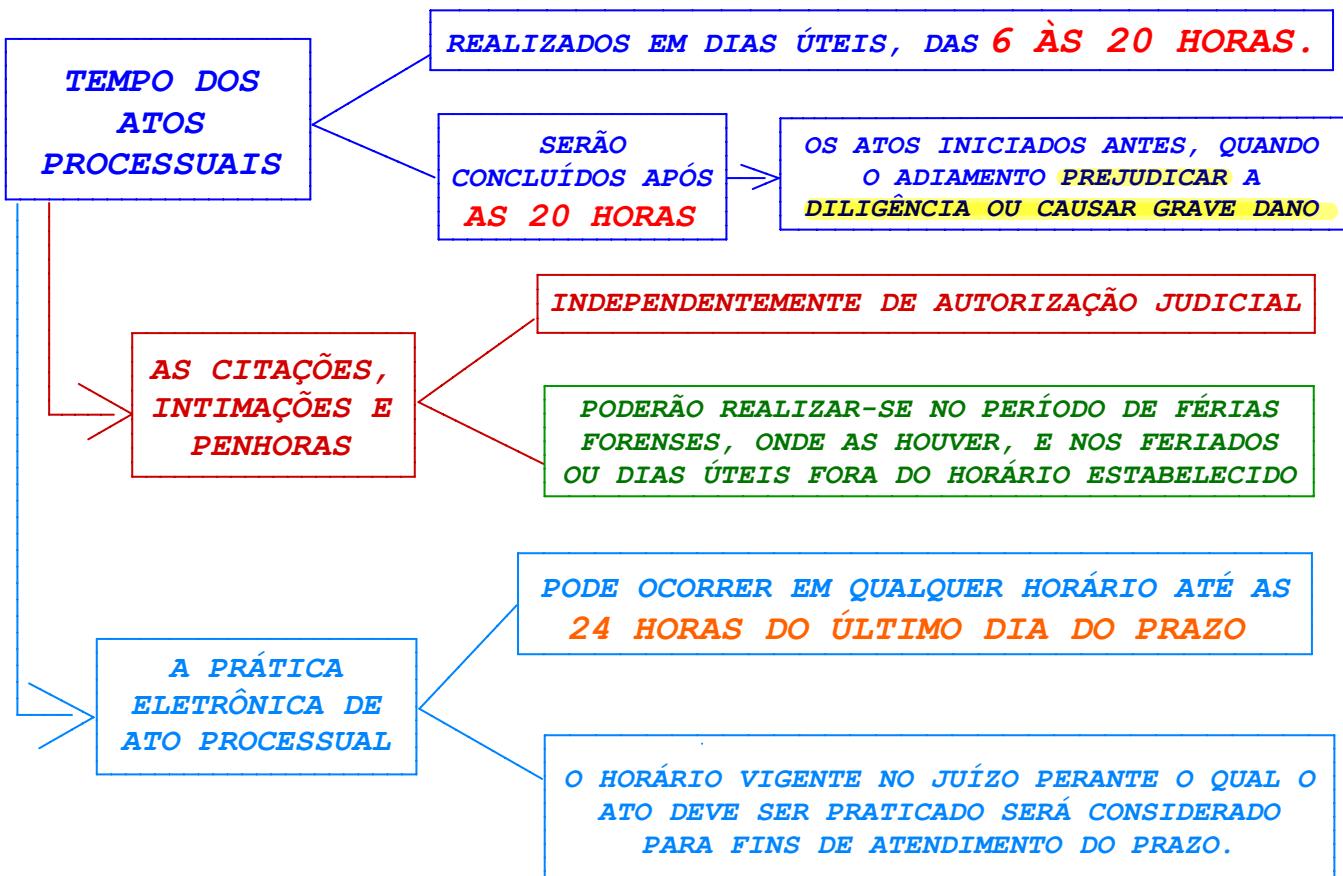
👉 SERÃO EFETUADAS MEDIANTE CARTA ROGATÓRIA



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ATOS PROCESSUAIS

TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS





DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

DISPOSIÇÕES GERAIS



O RECORRENTE PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, SEM A ANUÊNCIA DO RECORRIDO OU DOS LITISCONSORTES, DESISTIR DO RECURSO

IMPEDE O DIREITO DE RECORRER

INDEPENDE DE ACEITAÇÃO

DOS DESPACHOS
NÃO CABE
RECURSO

SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

A DESISTÊNCIA DO RECURSO NÃO IMPEDE A ANÁLISE DE QUESTÃO CUJA REPERCUSSÃO GERAL JÁ TENHA SIDO RECONHECIDA E DAQUELA OBJETO DE JULGAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS OU ESPECIAIS REPETITIVOS



EXTINGUE O DIREITO DE RECORRER

INDEPENDE DE ACEITAÇÃO

INDEPENDE DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

A PARTE QUE ACEITAR EXPRESSA OU TACITAMENTE A DECISÃO NÃO PODERÁ RECORRER.

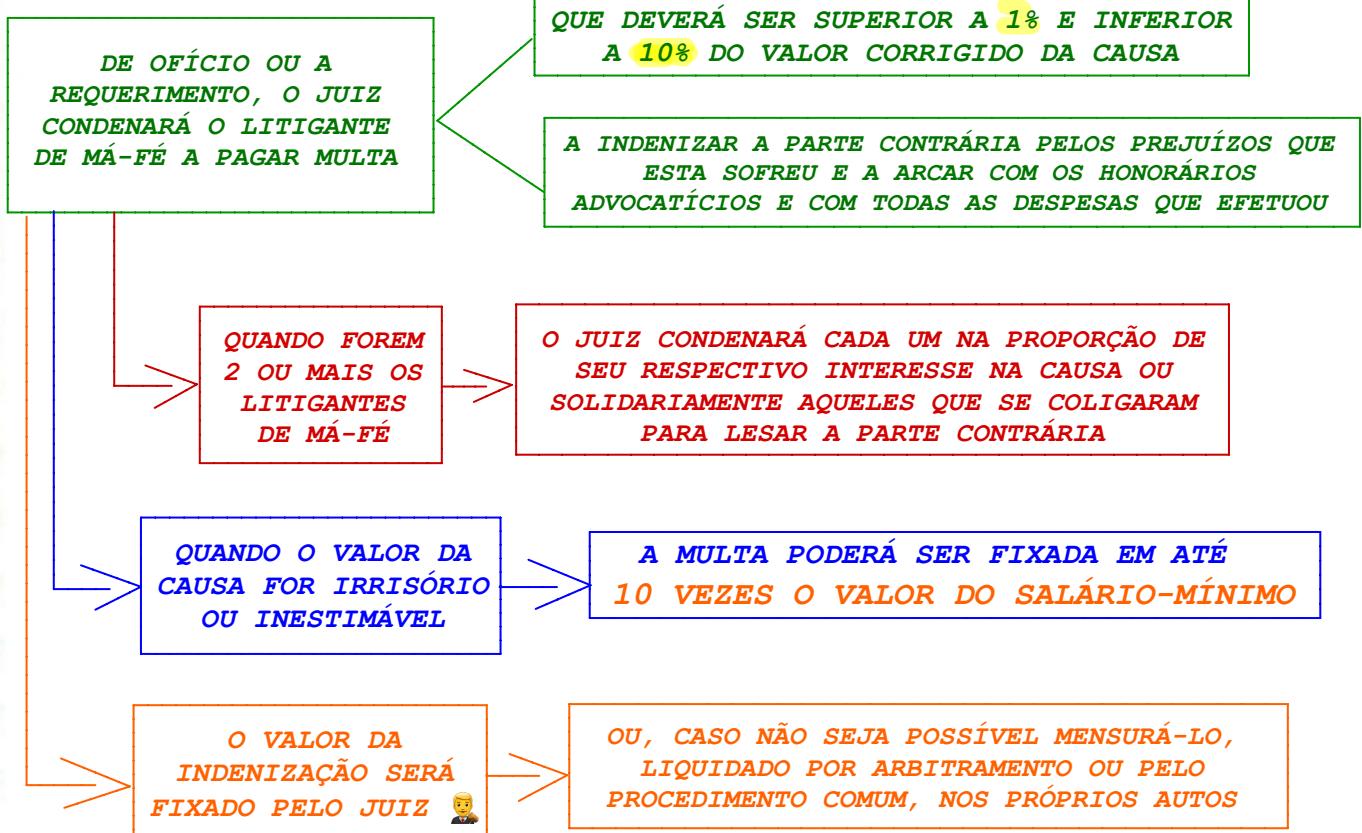
CONSIDERA-SE ACEITAÇÃO TÁCITA A PRÁTICA, SEM NENHUMA RESERVA, DE ATO INCOMPATÍVEL COM A VONTADE DE RECORRER.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL





DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TUTELA PROVISÓRIA

DISPOSIÇÕES GERAIS





DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

O JUIZ NÃO SE EXIME DE DECIDIR → SOB A ALEGAÇÃO DE LACUNA OU OBSCURIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO

→ O JUIZ SÓ DECIDIRÁ POR EQUIDADE NOS CASOS PREVISTOS EM LEI

O JUIZ DECIDIRÁ O MÉRITO NOS LIMITES PROPOSTOS PELAS PARTES → SENDO-LHE VEDADO CONHECER DE QUESTÕES NÃO SUSCITADAS A CUJO RESPEITO A LEI EXIGE INICIATIVA DA PARTE.

CONVENCENDO-SE, PELAS CIRCUNSTÂNCIAS, DE QUE AUTOR E RÉU SE SERVIRAM DO PROCESSO PARA PRATICAR ATO SIMULADO OU CONSEGUIR FIM VEDADO POR LEI → O JUIZ PROFERIRÁ DECISÃO QUE IMPEÇA OS OBJETIVOS DAS PARTES, APLICANDO, DE OFÍCIO, AS PENALIDADES DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

- 👉 O JUIZ RESPONDERÁ, CIVIL E REGRESSIVAMENTE, POR PERDAS E DANOS QUANDO:
- ✓ NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, PROCEDER COM DOLO OU FRAUDE;
 - ✓ RECUSAR, OMITIR OU RETARDAR, SEM JUSTO MOTIVO, PROVIDÊNCIA QUE DEVA ORDENAR DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DA PARTE.

ESSAS HIPÓTESES SOMENTE SERÃO VERIFICADAS DEPOIS QUE A PARTE REQUERER AO JUIZ QUE DETERMINE A PROVIDÊNCIA E O REQUERIMENTO NÃO FOR APRECIADO NO PRAZO DE 10 DIAS.



DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DISPOSIÇÕES GERAIS

👉 DESTINADA A ASSEGURAR E A PROMOVER, EM CONDIÇÕES DE IGUALDADE, O EXERCÍCIO DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA, VISANDO À SUA INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA.

A LEI TEM COMO BASE

A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO, RATIFICADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

CONSIDERA-SE PESSOA COM DEFICIÊNCIA AQUELA QUE

TEM IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL, INTELECTUAL OU SENSORIAL

O QUAL, EM INTERAÇÃO COM UMA OU MAIS BARREIRAS, PODE OBSTRUÍR SUA PARTICIPAÇÃO PLENA E EFETIVA NA SOCIEDADE EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM AS DEMAIS PESSOAS

A AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA, QUANDO NECESSÁRIA, SERÁ BIOPSICOSSOCIAL, REALIZADA POR EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR E CONSIDERARÁ:

- ✓ OS IMPEDIMENTOS NAS FUNÇÕES E NAS ESTRUTURAS DO CORPO;
- ✓ OS FATORES SOCIOAMBIENTAIS, PSICOLÓGICOS E PESSOAIS;
- ✓ A LIMITAÇÃO NO DESEMPENHO DE ATIVIDADES; E
- ✓ A RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO.



DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DISPOSIÇÕES GERAIS



POSSIBILIDADE E CONDIÇÃO DE ALCANCE PARA UTILIZAÇÃO, COM SEGURANÇA E AUTONOMIA, DE ESPAÇOS, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS URBANOS, EDIFICAÇÕES, TRANSPORTES, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, INCLUSIVE SEUS SISTEMAS E TECNOLOGIAS,



CONCEPÇÃO DE PRODUTOS, AMBIENTES, PROGRAMAS E SERVIÇOS A SEREM USADOS POR TODAS AS PESSOAS SEM NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO OU DE PROJETO ESPECÍFICO, INCLUINDO OS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA



PRODUTOS, EQUIPAMENTOS, DISPOSITIVOS, RECURSOS, METODOLOGIAS, ESTRATÉGIAS, PRÁTICAS E SERVIÇOS QUE OBJETIVEM PROMOVER A FUNCIONALIDADE,

RELACIONADA À ATIVIDADE E À PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, VISANDO À SUA AUTONOMIA, INDEPENDÊNCIA, QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL



TJ-RJ



TEORIA DA ÉTICA

ÉTICA E MORAL

PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

PRINCÍPIOS	<p>✓ SÃO MANDAMENTOS UNIVERSAIS, COMUNS A TODOS OS INDIVÍDUOS E GRUPOS.</p> <p>✓ OS PRINCÍPIOS SÃO JUÍZOS ABSTRATOS DE VALOR QUE ORIENTAM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS REGRAS.</p>
VALORES	<p>✓ SÃO NORMAS OU PADRÕES SOCIAIS GERALMENTE ACEITOS POR DETERMINADO INDIVÍDUO OU SOCIEDADE, OU SEJA, DEPENDEM DO CONTEXTO CULTURAL NO QUAIS ESTÃO INSERIDOS.</p> <p>✓ OS VALORES SÃO PESSOAIS, SUBJETIVOS E RELATIVOS. EXEMPLO DE VALORES: HONESTIDADE E ALTRUISMO.</p>
VIRTUDES	<p>✓ SÃO DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO ESPÍRITO, AS QUAIS, POR UM ESFORÇO DA VONTADE, INCLINAM À PRÁTICA DO BEM.</p> <p>👉 ARISTÓTELES AFIRMA QUE HÁ DUAS ESPÉCIES DE VIRTUDES: A INTELECTUAL E A MORAL.</p> <p>✓ A INTELECTUAL É ADQUIRIDA POR MEIO DO ENSINO, A QUAL NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E TEMPO.</p> <p>✓ A MORAL É ADQUIRIDA COMO RESULTADO DO HÁBITO, QUE DETERMINA NOSSO COMPORTAMENTO COMO BOM OU RUIM.</p>



TJ-RJ



TEORIA DA ÉTICA

ÉTICA E MORAL

PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

PRINCÍPIOS	<p>✓ SÃO MANDAMENTOS UNIVERSAIS, COMUNS A TODOS OS INDIVÍDUOS E GRUPOS.</p> <p>✓ OS PRINCÍPIOS SÃO JUÍZOS ABSTRATOS DE VALOR QUE ORIENTAM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS REGRAS.</p>
VALORES	<p>✓ SÃO NORMAS OU PADRÕES SOCIAIS GERALMENTE ACEITOS POR DETERMINADO INDIVÍDUO OU SOCIEDADE, OU SEJA, DEPENDEM DO CONTEXTO CULTURAL NO QUAIS ESTÃO INSERIDOS.</p> <p>✓ OS VALORES SÃO PESSOAIS, SUBJETIVOS E RELATIVOS. EXEMPLO DE VALORES: HONESTIDADE E ALTRUISMO.</p>
VIRTUDES	<p>✓ SÃO DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO ESPÍRITO, AS QUAIS, POR UM ESFORÇO DA VONTADE, INCLINAM À PRÁTICA DO BEM.</p> <p>👉 ARISTÓTELES AFIRMA QUE HÁ DUAS ESPÉCIES DE VIRTUDES: A INTELECTUAL E A MORAL.</p> <p>✓ A INTELECTUAL É ADQUIRIDA POR MEIO DO ENSINO, A QUAL NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E TEMPO.</p> <p>✓ A MORAL É ADQUIRIDA COMO RESULTADO DO HÁBITO, QUE DETERMINA NOSSO COMPORTAMENTO COMO BOM OU RUIM.</p>



LEGISLAÇÃO

DICA - JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

OBJETIVOS

OBJETIVOS

REPARAÇÃO DOS DANOS SOFRIDOS PELA VÍTIMA

APLICAÇÃO DE PENA **NÃO** PRIVATIVA DE LIBERDADE

DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS

A COMPETÊNCIA
DO JUIZADO SERÁ
DETERMINADA

PELO LUGAR EM QUE FOI
PRATICADA A INFRAÇÃO PENAL

SERÃO PÚBLICOS

PODERÃO REALIZAR-SE EM HORÁRIO NOTURNO
E EM QUALQUER DIA DA SEMANA
(CONFORME NORMAS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA)

**NÃO SE PRONUNCIARÁ QUALQUER NULIDADE
SEM QUE TENHA HAVIDO PREJUÍZO**

A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS EM
OUTRAS COMARCAS PODERÁ SER SOLICITADA
POR QUALQUER MEIO HÁBIL DE COMUNICAÇÃO

ATOS
PROCESSUAIS